



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral
07/08/2018

1. Introdução:

A pesquisa prevista na Resolução nº 221/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que indicou a necessidade da realização de consulta pública como etapa preliminar ao processo de formulação das metas nacionais do Poder Judiciário foi lançada no dia 18/08/2018 e ficou disponível até o dia 31/07/2018 para que a sociedade civil e os profissionais da área jurídica ajudassem a definir as metas mais importantes da Justiça Eleitoral para 2019. O objetivo é tornar o processo de escolha dessas metas o mais participativo possível.

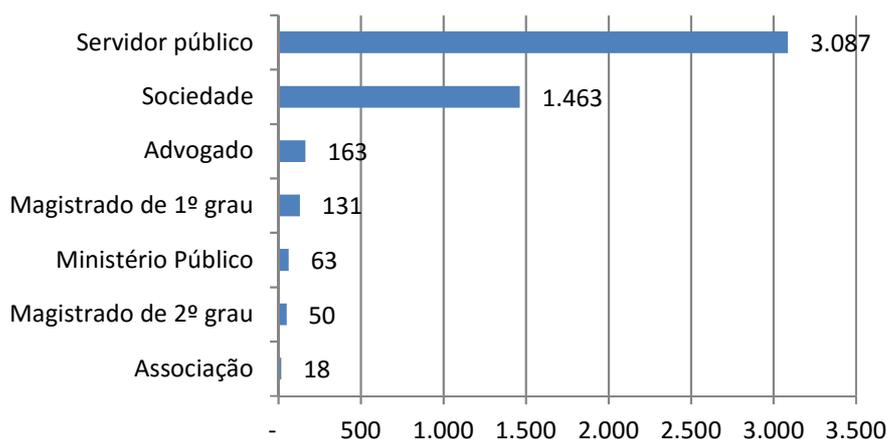
2. Perfil dos respondentes

Magistrados, advogados, membros do Ministério Público, servidores públicos, associações de classe e cidadãos em geral responderam o questionário, disponível no portal do TSE na internet, e avaliaram o grau de relevância de cada uma das metas propostas.

A pesquisa foi respondida por 4.975 indivíduos, conforme perfil a seguir:

2.1. Identificação

Identificação	Quantidade	%
Advogado	163	3,28%
Associação	18	0,36%
Magistrado de 1º grau	131	2,63%
Magistrado de 2º grau	50	1,01%
Ministério Público	63	1,27%
Servidor público	3.087	62,05%
Sociedade	1.463	29,41%
Total	4.975	100,00%



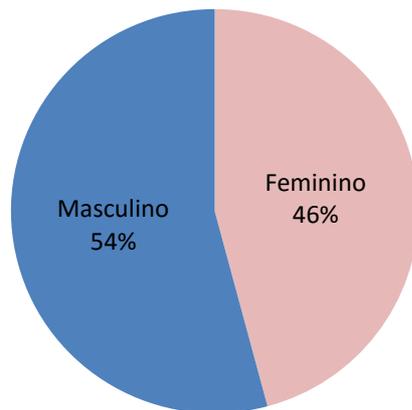


TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral
07/08/2018

2.2. Gênero

Gênero	Quantidade	%
Feminino	2.280	45,83%
Masculino	2.695	54,17%
Total	4.975	100,00%



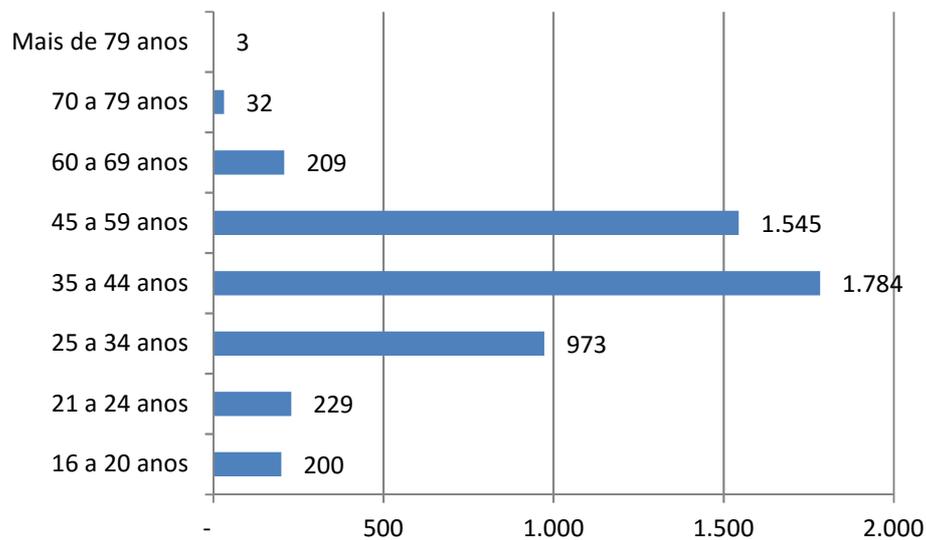


TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral
07/08/2018

2.3. Faixa Etária

Faixa Etária	Quantidade	%
16 a 20 anos	200	4,02%
21 a 24 anos	229	4,60%
25 a 34 anos	973	19,56%
35 a 44 anos	1.784	35,86%
45 a 59 anos	1.545	31,06%
60 a 69 anos	209	4,20%
70 a 79 anos	32	0,64%
Mais de 79 anos	3	0,06%
Total	4.975	100,00%





TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral
07/08/2018

2.4. UF

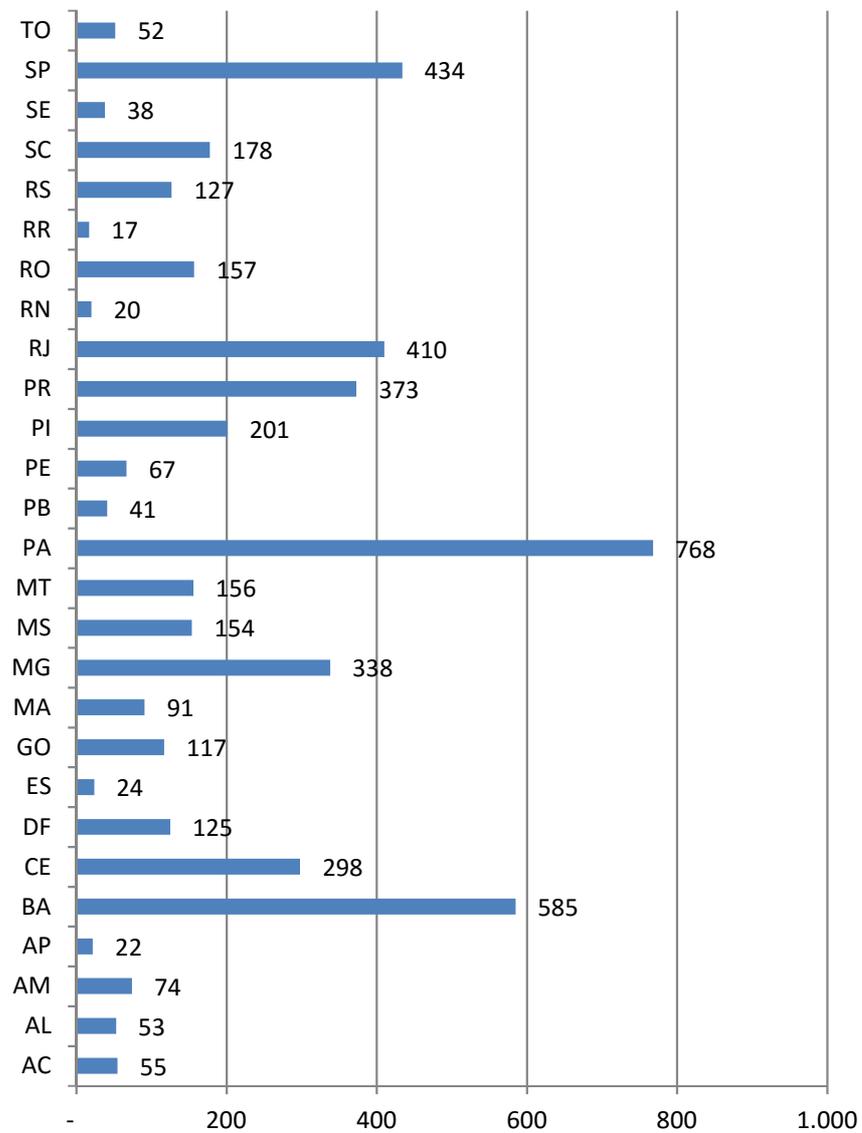
UF	Quantidade	%
AC	55	1,11%
AL	53	1,07%
AM	74	1,49%
AP	22	0,44%
BA	585	11,76%
CE	298	5,99%
DF	125	2,51%
ES	24	0,48%
GO	117	2,35%
MA	91	1,83%
MG	338	6,79%
MS	154	3,10%
MT	156	3,14%
PA	768	15,44%
PB	41	0,82%
PE	67	1,35%
PI	201	4,04%
PR	373	7,50%
RJ	410	8,24%
RN	20	0,40%
RO	157	3,16%
RR	17	0,34%
RS	127	2,55%
SC	178	3,58%
SE	38	0,76%
SP	434	8,72%
TO	52	1,05%
Total	4.975	100,00%



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica – Diretoria Geral

07/08/2018





TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral

07/08/2018

3. Resultados

3.1. Nota para meta

Parâmetro	Meta		
	Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)	Julgar processos mais antigos (meta nacional)	Identificar e julgar processos prioritários (meta específica)
Média	7,84	8,52	9,02
Mediana	8,00	9,00	10,00
Desvio Padrão	2,27	2,02	1,88

Os respondentes foram questionados sobre a nota que davam para a importância de cada uma das metas. A meta específica “Identificar e julgar os processos prioritários” foi a que recebeu a maior média (9,02 de 10). Mais da metade dos respondentes deram nota máxima para a importância dessa meta, além de ter sido a que apresentou o menor desvio padrão, o que indica menor variabilidade e consequentemente maior concordância entre as respostas.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral
07/08/2018

3.2. Meta mais importante

As duas metas mais votadas foram:

- Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral. (26,63%)
- Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral. (25,57%)

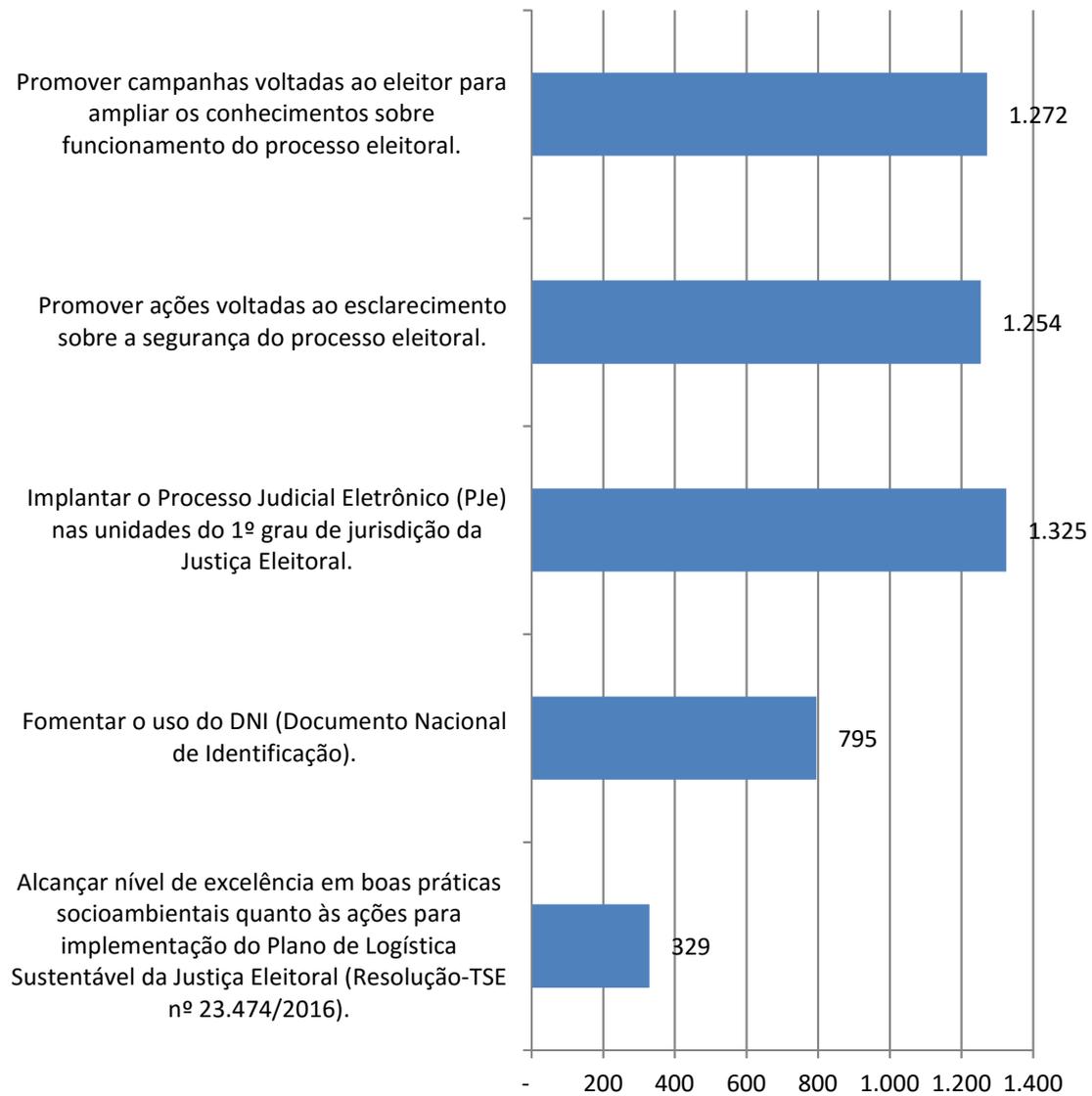
Meta mais importante	Quantidade	%
Alcançar nível de excelência em boas práticas socioambientais quanto às ações para implementação do Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (Resolução-TSE nº 23.474/2016).	329	6,61%
Fomentar o uso do DNI (Documento Nacional de Identificação).	795	15,98%
Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.	1.325	26,63%
Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre a segurança do processo eleitoral.	1.254	25,21%
Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.	1.272	25,57%
Total	4.975	100,00%



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral

07/08/2018





TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral
07/08/2018

3.3. Sugestões

As sugestões recebidas foram analisadas utilizando a técnica de mineração de textos, que fornece uma visão geral das respostas. Para isso foram usadas duas ferramentas:

3.3.1. Nuvem de palavras

Busca representar graficamente os termos citados com maior recorrência pelos respondentes, neste gráfico o tamanho dos termos é proporcional ao número de vezes que aparece nas justificativas. Serve como balizador para auxiliar a compreensão das respostas.



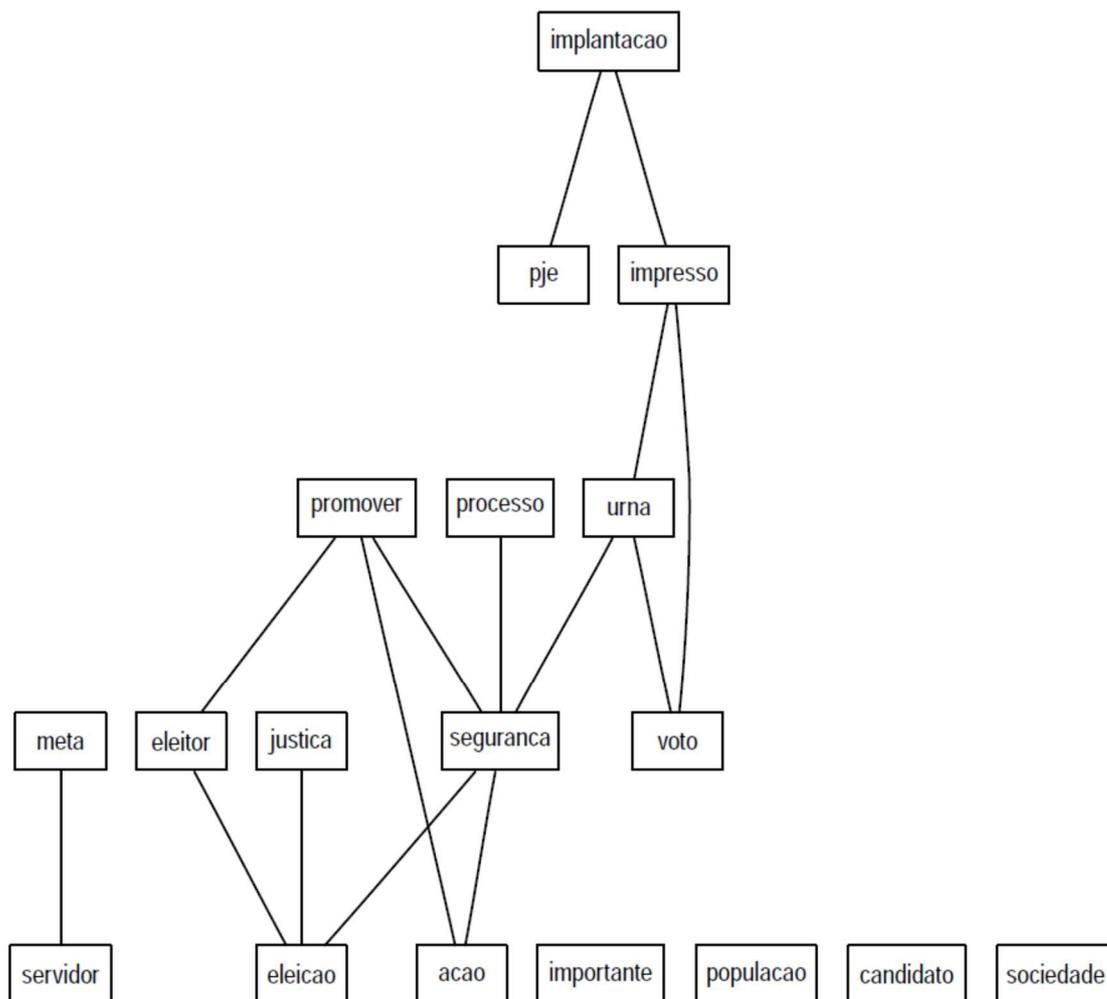


TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Assessoria de Gestão Estratégica– Diretoria Geral
07/08/2018

3.3.2. Correlação dos termos

A partir das justificativas apresentadas pelos respondentes este gráfico busca evidenciar os termos com maior grau de associação através de grafos.



3.3.3. Análise individual das sugestões

Conforme apontado nos itens anteriores, a mineração de texto não substitui a análise individual das respostas. Serve apenas como balizador para a análise.

Sugerimos aos regionais avaliar individualmente as sugestões textuais enviadas pelos seus respectivos respondentes.

4. Anexos

Em anexo, seguem as respostas individualizadas, que podem ser filtradas por UF.